

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.985 - SP (2019/0024409-9)

AGRAVANTE : JANET MEYRE BEGO STECCA - POR SI E
REPRESENTANDO
AGRAVANTE : OSWALDO JOSÉ STECCA - ESPÓLIO
ADVOGADO : OSWALDO FERNANDES FILHO - SP200040
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADOR : DIEGO TAMARU E OUTRO(S) - SP339940

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Espólio de OSWALDO JOSÉ STECCA e JANET MEYRE BEGO STECCA contra decisão que inadmitiu o recurso especial por eles interposto, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da seguinte ementa (fl. 125):

APELAÇÃO CÍVEL Desapropriação indireta Municipalidade de Sorocaba.

NULIDADE DA R. SENTENÇA Rejeitada Apesar de sucinta, houve fundamentação.

INDENIZAÇÃO acordada não quitada Sentença de extinção do processo, sem análise do mérito, nos termos do art. 485, VI, do NCPC Admissibilidade A desapropriação indireta é ação fundada na prática de esbulho possessório por parte do Poder Público Esbulho inexistente, na medida em que houve a desapropriação amigável, na esfera administrativa, com a concordância dos autores Via inadequada Falta de interesse de agir Sentença de extinção mantida Verba honorária não arbitrada Pretensão de sua fixação Cabimento Recurso dos autores improvido e provido o recurso adesivo, para fins de fixação da verba honorária.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 169-173).

Em suas razões recursais especiais os particulares Oswaldo José Stecca e Janet Meyre Bego Stecca apontam violação, pelo acórdão recorrido, do art. 485, VI, do CPC de 2015, porquanto, em síntese, adequada a via judicial eleita para reclamar pagamento de justa indenização, no caso ação de desapropriação indireta, uma vez que, embora tenha sido lavrada a escritura de desapropriação amigável, com preço certo e ajustado, a municipalidade de Sorocaba/recorrida não efetuou o pagamento da verba indenizatória devida.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 177-191), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso (fls. 193-194), ensejando a interposição do presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que trata da alegação de violação do art. 485, VI, do CPC/15, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 128-129):

[...]

No caso, a desapropriação indireta é ação real e, como tal, somente pode ser ajuizada por aquele que comprove ser o titular do domínio sobre o imóvel injustamente apossado pelo Poder Público, o qual é o único a ter legitimidade ativa para o seu ajuizamento (in “Desapropriação”, José Carlos de Moraes Salles, Ed. RT, 1980, pp. 739 e RT 499/175).

Por outro lado, esta ação só tem cabimento quando haja a prática de esbulho possessório por parte do Poder Público, o qual se imite na posse sem pagar a indenização devida.

Contudo, no caso, não é o que se verifica.

De acordo com o documento de fls. 26/34, e afirmado pelos próprios apelantes, houve a desapropriação amigável do imóvel, concordando os proprietários com o montante fixado, transferindo a posse e a propriedade para a Municipalidade, razão pela qual não há que se falar em esbulho possessório por parte do Poder Público.

O que se observa é que, no caso, de acordo com o parecer da Procuradoria do Município (fls. 67/69), havia débitos referentes ao imóvel em montante muito superior ao acordado (no valor de mais de um milhão de reais), e, por este motivo, a indenização não foi quitada, compensando-se.

Assim, se os autores entendem que algum valor ainda lhes é devido, devem efetivar a cobrança por meio de ação própria, e não pela via da ação de desapropriação indireta.

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, dentre eles a escritura pública de desapropriação amigável e o parecer da Procuradoria do Município, concluído pela falta de interesse de agir dos recorrentes em razão da existência de débitos referentes ao imóvel, em montante muito superior ao acordado na ação expropriatória, pelo que o crédito da indenização foi usado para compensar a dívida, para se infirmar tais deduções, na forma pretendida no apelo nobre, demandaria nova incursão no acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível em sede de recurso especial por óbice da Súmula n. 7/STJ.

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RÉ E EXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DO MUNICÍPIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 3º, 8º, 17, 330, II, E 485, VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE

PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

VI. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, à luz do contexto fático dos autos, no sentido da existência de interesse processual do ente público e da legitimidade passiva ad causam da parte agravante, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VII. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1.216.275/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 8/6/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA IMOBILIÁRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO E CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Violação do artigo 1.022 do CPC/2015 não configurada.
2. A alteração do entendimento adotado pela Corte de origem - acerca da inadequação da via eleita e da falta de interesse de agir - demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais e novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ.
3. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.
4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
5. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1158162 / PR, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Julgamento em 05/12/2017, DJe 15/12/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator